

O ENSINO DE GEOGRAFIA E A LEI Nº 11.645/2008 NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Hermerson Gustavo dos Santos Soares (UECE)¹

Luiz Cruz Lima (UECE)²

RESUMO

O ensino de Geografia possui expressiva importância no que se refere às temáticas ligadas às dimensões territoriais e suas características étnicas e raciais, evidenciando, ao mesmo tempo, as problemáticas relacionadas aos fatores presentes nas diversas territorialidades. A partir disso, o presente texto tem como objetivo discutir a questão racial e a necessidade de combater o racismo para construção da cidadania espacial, a partir do ensino de Geografia e da Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o estudo da História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio. Nesse sentido, o trabalho está desenvolvido da seguinte forma, ora apresentado. Inicialmente, abordaremos o ensino de Geografia e a Lei nº 11.645/2008 para compreender o espaço e as relações étnico-raciais e, posteriormente, trataremos acerca das práticas e estratégias geográficas para uma Educação Antirracista. Assim, foram realizados estudos bibliográficos, mediante revisão de literatura, acerca da temática das relações étnico-raciais no ensino de Geografia coadunada com as problemáticas no âmbito da Educação Básica. Com isso, podemos contribuir para construção de possibilidades de práticas geográficas e educativas necessárias à formação cidadã, através do entendimento de como a Educação Geográfica Antirracista pode colaborar para a compreensão da desigualdade socioespacial, levando em consideração as formas como (as) estudantes enxergam, interpretam e se relacionam com a realidade em que vivem, visando conhecer os problemas e as problemáticas em que se está ou estão envolvido/a (os/as).

Palavras-chave: Ensino de Geografia, Relações étnico-raciais, Cidadania.

ABSTRACT

Geography teaching is significantly important when it comes to issues related to territorial dimensions and their ethnic and racial characteristics, while also highlighting the problems related to the factors present in the various territorialities. The aim of this text is to discuss the issue of race and the need to combat racism in order to build spatial citizenship, based on the Geography's teaching and Law 11.645/2008, which made the study of Indigenous and Afro-Brazilian History and Culture a mandatory subject in elementary and secondary schools. In this respect, the work is developed as presented below. Initially, we will address the teaching of Geography and Law No. 11.645/2008 in order to understand space and ethnic-racial relations and, subsequently, we will deal with geographical practices and strategies for Antiracist Education. Thus, bibliographic studies were carried out, through a literature review the theme of ethnic-racial relations in the teaching of Geography in conjunction with the

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Licenciado em Geografia pela UECE. Integrante do Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (LAPEGEO), Grupo de Estudos e Articulação Ensino de Geografia e Territórios (GEAEGT) e do Grupo de Pesquisa Sistemas Técnico e Espaço. E-mail: hermerson.santos@aluno.uece.br.

² Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor emérito da Universidade Estadual do Ceará (UECE), docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGE) da UECE e Líder do Grupo de Pesquisas Sistemas Técnicos e Espaço. E-mail: l.cruzlima@uol.com.br.

problematics in basic education. With this, we can contribute to building possibilities for the geographical and educational practices necessary for citizen education, by understanding of how Antiracist Geographical Education can contribute to understanding socio-spatial inequality, taking into account the ways in which students see, interpret and relate to the reality in which they live, with the aim of getting to know the problematics and challenges in which they are involved.

Keywords: Geography teaching, Ethnic-racial relations, Citizenship.

INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia possui expressiva importância no que se refere às temáticas ligadas às dimensões territoriais e suas características étnicas e raciais, evidenciando, ao mesmo tempo, as problemáticas relacionadas aos fatores presentes nas diversas territorialidades. Nesse sentido, a Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o estudo da História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira (BRASIL, 2008) nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, apresenta como finalidade tratar dos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir do estudo da história da África e dos africanos, da luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o indígena na formação da sociedade nacional, resgatando, também, as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

A partir disso, o presente texto tem como objetivo discutir a questão racial e a necessidade de combater o racismo para construção da cidadania espacial, a partir do ensino de Geografia e da Lei nº 11.645/2008.

A pesquisa possui como origem o projeto de extensão intitulado “Educação Geográfica e a Lei nº 11.645/2008: saberes, diálogos e construção de conhecimentos em escolas públicas do município de Fortaleza/CE”, desenvolvido no ano de 2022, na Escola Municipal Odilon Gonzaga Braveza, em Fortaleza, estado do Ceará, e que inspirou o projeto de pesquisa de mestrado em Geografia, ora em fase inicial. A instituição de ensino é uma escola pública que fica situada no bairro Boa Vista, numa área de vulnerabilidade social, que possui aspectos relativos às desigualdades e a violência urbana nas trajetórias dos (as) estudantes, interferindo nos sonhos e nas expectativas de vida que possuem, em grande parte das vezes, bem distante da inserção na universidade.

Com isso, o trabalho está desenvolvido da seguinte forma, ora apresentado. Inicialmente, abordaremos o ensino de Geografia e a Lei nº 11.645/2008 para compreender o espaço e as relações étnico-raciais e, posteriormente, trataremos acerca das práticas e estratégias geográficas para uma Educação Antiracista. Nesse sentido, foram realizados estudos

bibliográficos, mediante revisão de literatura, acerca da temática das relações étnico-raciais no ensino de Geografia coadunada com as problemáticas no âmbito da Educação Básica.

O referencial teórico, é composto, principalmente pelo livro “Genocídio do Povo Negro” de Abdias do Nascimento (1978), que aborda esse fenômeno desde o século passado, através de questões no que se refere o racismo. Foi utilizado, também, o livro “O espaço do cidadão”, de Milton Santos (2007), que trata da questão da cidadania pelo ângulo geográfico, demonstrando como a mobilidade ou o imobilismo, associados ao espaço e à cidadania, podem se tornar categorias de análise. Além disso, o artigo “Precisamos conversar sobre racismo”, de Zenaira Santos (2021), enfocando o ambiente escolar.

ENSINO DE GEOGRAFIA E A LEI Nº 11.645/2008 PARA COMPREENDER O ESPAÇO E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Compreender a relação entre o ensino de Geografia e a Lei nº 11.645/2008 numa perspectiva ligada à Educação Básica se faz bastante pertinentes, haja vista a necessidade do entendimento da formação socioespacial brasileira, do reconhecimento da questão racial e a necessidade de combater o racismo para construção da cidadania territorial. Preconizamos que essas questões tratadas são fundamentais para se compreender, ter respeito e valorizar as diferenciações étnicas e culturais existentes no país.

A Lei nº 10.639/2003, que tornou o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2003) obrigatório na Educação Básica, e da sua alteração com a Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o estudo da História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira (BRASIL, 2008) nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, acrescentando a questão indígena, foram conquistadas por meio de mobilizações que envolviam a melhoria das condições de vida da população negra, mas, principalmente, a construção do caminho para a igualdade racial. Nascimento (1978) destaca que os discursos na literatura científica estavam sempre traçando estratégias para anular a existência do negro como parte da sociedade brasileira e que, como tal, deveria estar também nos espaços de decisões. Assim, as pressões populares são imprescindíveis para que haja mudanças no sistema capitalista, que aflige o país mesmo após a sua democratização (CALMON, 2012, p. 155).

O Movimento Negro Unificado (MNU) teve um papel primordial na conquista da Lei nº 11.645/2008 e Lei nº 10.639/2003, através de lutas com a finalidade de combater o racismo, construindo uma Educação voltada para a igualdade racial, o que implica reposicionar o debate das relações étnico-raciais no mundo da Educação, romper com o silenciamento sobre o racismo

no cotidiano escolar, em conteúdo, em materiais e métodos pedagógicos, na formação de professores(as) (SILVA e SILVA, 2021).

Dessa forma, Cruz (2021) expressa a importância da Geografia ao afirmar que a mesma é fundamental para construção da cidadania. Assim, é importante pensar criticamente a realidade ao seu redor, conhecendo os problemas e as problemáticas em que se está envolvido. E, ao reforçar sobre a importância de o ensino de Geografia ser contextualizado e voltado para a valorização da identidade, Cardoso, Junior e Lobato (2022) reconhecem o “espaço vivido como um lugar de luta, de saberes e tradições”.

Somado a isso, o conhecimento da formação do território brasileiro se faz pertinente, em virtude de possibilitar compreender parte significativa dos processos de colonização, da reação de povos indígenas e de grupos negros com a formação de quilombos no Brasil (RATTS, 2020). Daí, também, a forte necessidade de se entender a formação socioespacial brasileira, como nos estimula Milton Santos.

Para Santos (2008, p. 236) “é através de cada Formação Social que se cria e recria, em permanência uma ordem espacial de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política [...]”. Logo, como explica o autor, a formação socioespacial constitui o instrumento fundamental para explicar a sociedade e o espaço enquanto uma instância social.

Diante disso, para que os (as) estudantes compreendam a formação socioespacial brasileira e, considerando nossos estudos, o Ceará, é fundamental que entendam as territorialidades de matriz africana e indígena. Logo, o papel da Geografia é fundamental durante a vida escolar, haja vista que com ela é possível entender a nossa sociedade.

Desse modo, Santos (2007) no livro “O espaço do cidadão” expressa que a cidadania, tema relevante a presente discussão, se aprende e que o caminho para ser mantida e para ter eficácia e ser fonte de direitos deve se inscrever na própria letra das leis, mediante dispositivos institucionais que assegurem a fruição das prerrogativas pactuadas e, sempre que haja recusa, deve-se ter o direito de reclamar e ser ouvido. De acordo com Moraes e Santos (2014, p.2), a Geografia escolar, que possui papel fundamental na formação do cidadão, deve fazer com que os indivíduos se tornem “seres pensantes”, capazes de construir competências que permitam a análise do real e entender o contexto espacial dos fenômenos que configuram cada sociedade, assim como, exercerem a cidadania. Assim, o ensino de Geografia e a Lei n.º 11.645/2008 contribuem a formação cidadã ao passo que tornam os (as) docentes e discentes cidadãos questionadores das problemáticas que os (as) rodeiam.

PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS GEOGRÁFICAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRACISTA

Para o desenvolvimento e aprimoramento de práticas da Educação Geográfica ligadas à Lei nº 11.645/2008 é necessário levar em consideração a realidade geográfica que o território possui. Para tanto, a utilização de linguagens como a música, a poesia, cinema, audiovisual e a literatura para tratar da Educação Geográfica e a Lei nº 11.645/2008 com os (as) estudantes são formas de apresentar aos (às) mesmos (as) possibilidades de leituras geográficas a partir de obras contextualizadas, levando em consideração a relação espaço-tempo e meios de comunicação apresentando ideias importantes na construção do pensar geográfico nas escolas, sobretudo àquelas que estão localizadas nas periferias sociais.

Desse modo, para caracterizar as afirmações acima, é possível contextualizar a partir das práticas geográficas desenvolvidas no projeto de extensão “Educação para relações étnico-raciais no ‘chão’ da escola: aprendendo e construindo no ensino de Geografia e suas possibilidades com a Lei nº 11.645/2008”³, que desempenha práticas e interações na Escola Municipal de Tempo Parcial Professor Noberto Nogueira Alves, localizada no município de Fortaleza (Ceará), com a finalidade de enraizar diálogos com a disciplina de Geografia, desenvolvendo atividades que abordam as relações étnico-raciais, articuladas aos conteúdos geográficos nas turmas do Ensino Fundamental, anos finais.

Assim, a partir do entendimento das práticas desenvolvidas no projeto, nos possibilita traçar metodologias que podem contribuir nas nossas práticas e estratégias geográficas. Somado a isso, podemos especificar a interação que foi realizada na instituição de ensino chamada “GEO-literart”, que aconteceu em duas turmas do 7º (sétimo ano) do Ensino Fundamental e que tem como foco a coadunação da disciplina de Geografia com a linguagem da literatura.

No entanto, é necessário enfatizar que a interação realizada não foi uma atividade pontual, mas que faz parte de uma construção metodológica que aconteceu no decorrer do ano letivo de 2023. Portanto, levando em consideração a obrigatoriedade da Lei nº 11.645/2008 e a

³ O projeto de extensão “Educação para relações étnico-raciais no “chão” da escola: aprendendo e construindo no ensino de Geografia e suas possibilidades com a Lei nº 11.645/2008” é vinculada ao Grupo de Estudos e Articulação Ensino de Geografia e Territórios (GEAEGT) e ao Laboratório de Prática de Ensino de Geografia (LAPEGEO) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Sob coordenação da Prof.^a Dr.^a Tereza Sandra Loiola Vasconcelos; Supervisão da Professora da instituição escolar Prof.^a Ione Pereira da Silva Araújo; as bolsistas de extensão Lídia Kessia Brito Bento e Ana Larissa de Oliveira Sousa; e a colaboração do mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) Hermerson Gustavo dos Santos Soares. O projeto tem como objetivo geral contribuir com as demandas que a escola envolvida pela extensão apresentar, especialmente a partir da aprendizagem significativa dos (as) estudantes do Ensino Fundamental II, por meio da Educação Geográfica e dos elementos constituintes da Lei nº 11.645/2008.



necessidade da abordagem da temática das relações étnico-raciais no que se refere ao Ensino de Geografia. Logo, para este trabalho, consideramos três pontos essenciais que foram indispensáveis para entender a construção de práticas e estratégias geográficas antirracistas.

O primeiro ponto se chama “Identificação”, que teve como objetivo compreender a realidade geográfica que o território possui a partir das vivências dos(as) estudantes, dos diálogos com a gestão escolar, professores (as), funcionários (as) e liderança comunitária, o que nos proporcionou conhecer melhor a história da escola e os sujeitos que formam o ambiente escolar.

Além disso, foi utilizado a metodologia do “Inventário da realidade escolar”, exemplificado na figura 01, realizado com as turmas do 7º ano, constituído por 23 (vinte e três) questões-itens, sendo 16 (dezesesseis) questões subjetivas e 07 (sete) objetivas, contribuiu para o conhecimento dos sujeitos da escola, bem como a percepção dos conhecimentos relacionados a seus gostos e como se identificavam, bem como de conhecimentos da cidade em que residem e acerca dos povos indígenas, comunidades quilombolas, preconceito, racismo, discriminação, *bullying* e desigualdade social.

Figura 01: Inventário da realidade escolar.

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
ESCOLA MUNICIPAL PROF. NOBERTO NOGUEIRA ALVES

PROJETO: "APRENDENDO E CONSTRUINDO NO ENSINO DE GEOGRAFIA E SUAS POSSIBILIDADES COM A LEI N.º 11.645/2008"

Nome: _____
Idade: 12 Série: 7ª Turma: AMANHÃ
Bairro em que reside: JOSÉ WALTER, CIDADE JARDIM II 2

- Qual o seu estilo musical ou bandas e cantores (as) você gosta de ouvir?
MINHA MÚSICA FAVORITA É NOSSO CANTOR BARRA EU
GUSTAVA DO BOM WALTER COMO SEI SE É UMA BANDA MINHAS
CANTORES FAVORITOS SÃO PATRÍCIA MENONÇA E ANA COSTA E ISSO PARCIAL
E SERTANEJO
- Você gosta de ler livros?
() Sim Não
- O que você gosta de ler?
POÁ SER VERDADEIRA EU NÃO GOSTO DE LER
- Você gosta de filmes?
() Sim Não
- Qual (is) o (s) gênero (s) de filme (s) você gosta ou mais se aproxima?
() Ação e Aventura () Comédia () Ficção Científica () Drama Romance
- Quais os bairros você conhece em Fortaleza?
ANDRÉIA BEZERRA, MESE TAMBÉM ACHO QUE SÓ
- Você conhece algum ponto turístico em Fortaleza?
MÁIA DO FUTURO PARA O CEARÁ, BUA BELA CANINDE
(TÁO SEI SE CANINDE É TURÍSTICO)
- O que você faz nos momentos de lazer?
MEGA NO CINEMA
- Como você se descreve?
TIPO É MEU MUITO LEGAL MAIS AO MESMO
TEMPO UMA PESSOA MUITO CHATA TA MESMOM MUITA
COISA AS VEZES ME ACHO BONITA AS VEZES ACHO
TANTA coisa que não vai cabe pessoas lindas o
que eu tenho para falar
- Quais os seus sonhos?
OS MEUS SONHOS É VARRA VIAJAR PRA, PARIS, LIA,
MEXICO
- Qual gênero você se identifica?
() Masculino
() Feminino
() Ouzo (Qual?): _____
 Prefiro não dizer -> MAIS SOU FEMININA KKK PAM NÃO CONFUNDIR AS
COISAS KKKKK
- Você se autodeclara:
() Amarelo Preto
() Branco () Preto
() Indígena
- O que você entende sobre os povos indígenas?
NADA MAIS NESSE MÊS PASSADO A MINHA TIA ME LEVOU
NO PASSADO DE BIRÃO E LA TAMBÉM UM SÓUS INDIAS E FIZES NOS
LEVOU PARA CONHECER COMO ELES PENSAM E COMO SÃO
ISSO A MINHA TIA TAMBÉM ENCONTOU UMA ALA MINHA TIA PERGUNTA A
E LA RESPONDEU TÁO BASTANTE SE OS INDIAS CONTOVAM AS BARRIGAS LINDAS E EU FIZOU
QUE SÓUS
- Você conhece algum grupo indígena?
() Sim Não
- O que você entende sobre as comunidades quilombolas?
NÃO NEM SEI O QUE É ISSO

Fonte: Hermerson Gustavo dos Santos Soares, 2023.

O segundo ponto que destacamos é a “Análise”, que teve como objetivo analisar os diálogos desempenhados com parte da comunidade escolar, sobretudo com os(as) estudantes. Ademais, a análise do inventário da realidade escolar. Com isso, abaixo, destacamos algumas questões levantadas:

- Pergunta 09: Como você se descreve?
- Pergunta 13: O que você entende sobre os povos indígenas?
- Pergunta 15: O que você entende sobre as comunidades quilombolas?
- Pergunta 17: O que você entende sobre a África?

Ao examinar as respostas dos(as) discentes, podemos constatar que existem dificuldades no que se refere ao entendimento das temáticas trazidas, assim como da cidade de Fortaleza (Ceará) e no que diz respeito ao reconhecimento como negros(as), por exemplo.

Quando destacamos, por exemplo, acerca do entendimento sobre “povos indígenas” ou sobre “África”, ainda apresentam reflexões notadamente com poucos aprofundamentos. Assim, por exemplo, seguem algumas respostas dadas por esses(as) estudantes, a primeira acerca dos “povos indígenas” (questão 13) e de um(a) estudante que respondeu à questão 17 (dezessete) sobre o “continente africano”:

Estudante 1: “Só entendo que onde eles moram tem varios lugares: Floresta, amazonia ou no Ceara e em varios outros tipos de lugar”.

Estudante 2: “Quase nada, mas eu sei que ela é um país pobre, mas eu respeito muito a África”.

O(a) “Estudante 1” apresentou uma resposta que identifica a existência de povos indígenas na região Norte do Brasil e no estado do Ceará também. Porém, não se aprofundou em citar pelo menos um território indígena cearense ou brasileiro ou ainda outros aspectos relevantes acerca dessa temática.

O(a) “Estudante 2” demonstrou ideias generalizantes sobre o continente africano, afirmando ser um continente “pobre” e identificando o continente como um país. Diante disso, constata-se que ainda

A riqueza histórica advinda da África é subalternizada e na maioria das vezes substituída por conhecimentos estereotipados. África como um ‘país’, uma unidade, atrelada unicamente aos processos de exploração colonial, a questões tais como pobreza e miséria, aos safaris e savanas, às perspectivas midiáticas sensacionalistas, aos conflitos “tribais” e modos de vida selvagem, são algumas das geografias imaginativas construídas ao longo do tempo e que precisam ser revistas (MENDES e RATTIS, 2019, p. 8-9).

No entanto, o(a) mesmo(a) expressou respeito ao continente africano, embora tenha considerado um país, o que pode demonstrar que a afirmação formulada pelo(a) estudante

demostrando de maneira latente e sutil o quão estigmatizado e prejerativamente pode ser interpretado o continente africano. Qual a necessidade de declarar respeito pelo continente e os povos que nele vive? Será que se fosse o continente europeu ou americano essa necessidade de afirmar respeito existiria? A necessidade de emitir essa declaração pode demonstrar que há esse conhecimento do preconceito ligado ao continente africano e que está enraizado no imaginário popular brasileiro.

Outra questão para ser destacada, é que não obtivemos nenhuma resposta quando questionamos sobre o entendimento dos (as) mesmos (as) sobre as “comunidades quilombolas”. Com isso, percebemos a urgente necessidade de tratar dessa temática.


O terceiro ponto essencial se chama “Enraizamento”, que tem como foco a elaboração e realização das práticas geográficas com os(as) estudantes. Nessa etapa, destacamos a interação GEO-literart, que foi realizada nas turmas do 7º (sétimo) ano, sendo 56 (cinquenta e seis) estudantes de faixa etária entre 12 a 13 anos.

Para constituição da interação foi levado em consideração os diálogos com a gestão escolar, professores (as), estudantes, funcionários (as), liderança comunitária e o inventário da realidade escolar, ou seja, toda a etapa da “Identificação” e da “Análise”, que foram fundamentais para o desenvolvimento da aula e das outras interações do projeto de extensão.

Outrossim, utilizamos o livro didático “Expedições Geográficas” da editora Moderna, de Melhem Adas e Sergio Adas, sobretudo, o conteúdo a respeito do “Surgimento das favelas” da unidade temática “Brasil: a diversidade cultural e os afro-brasileiros”. Desse modo, entre as abordagens da aula estavam a origem da diversidade cultural brasileira por meio do resgate de alguns aspectos históricos, como a influência indígena, a colonização europeia e a escravidão dos negros africanos. Foi também abordada a questão da desigualdade existente entre os negros e os não negros no Brasil.

A metodologia utilizada para realizar a interação do GEO-literart foi promovida através do livro “Quarto do despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus. A obra retrata uma realidade árdua e repleta de vivências as quais trazem um olhar reflexivo sobre o espaço territorial ocupado pela favela a partir das vivências de Carolina Maria de Jesus.

Desse modo, a etapa da “Identificação” e da “Análise” foram essenciais em razão de conhecer aspectos relacionados a comunidade em que a escola faz parte: a Escola Municipal de Tempo Parcial Norberto Nogueira Alves foi uma conquista dos moradores, liderados pelo Movimento Nacional Luta por Moradia (MNLN), do Conjunto Habitacional Cidade Jardim II, no Bairro Prefeito José Walter, junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza, que lutaram por um espaço de ensino que suprisse as necessidades educativas para as suas juventudes.



O Conjunto Habitacional Cidade Jardim II foi desenvolvido a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)⁴, sendo este um programa lançado em 2019, objetivando auxiliar famílias de baixa renda na compra da casa própria, facilitando o financiamento por meio de prestações reduzidas, constituindo-se, atualmente, como umas das principais políticas governamentais brasileiras de redução do déficit habitacional.

Assim, a partir dos diálogos realizados, a escola atende uma população periférica que vive em situação de extrema vulnerabilidade social, enfrentando constantemente dificuldades econômicas e aspectos relativos às desigualdades socioespaciais e a violência urbana, fazendo com que a escola seja um ponto de apoio para os (as) estudantes e familiares, na questão pedagógica, ou até mesmo, para se alimentarem pela primeira ou a única vez no dia.

Com isso, a interação se constituiu da abordagem acerca de trechos do livro de Carolina Maria de Jesus, na qual os(as) estudantes foram divididos em duplas e apresentaram cada um dos trechos refletindo que características da realidade trazida pela escritora eram semelhantes a deles(as) e que distinções poderiam ser pensadas das duas realidades. Dessa maneira, o livro da autora estava escrito em forma de diário, trazendo reflexões sobre os acontecimentos e mostra a realidade social do Brasil de meados do século XX, sendo que a realidade dos(as) discentes iam de encontro com da escritora, em virtude da comunidade em que pertenciam ter origem na construção do assentamento e, que mais tarde, se tornaria uma comunidade periférica. Após isso, foi pedido para que os(as) estudantes escrevessem essas reflexões e trouxessem na aula seguinte.

Acerca disso, um(a) dos(as) estudantes comentou o seguinte sobre a comunidade: “Na nossa comunidade temos muitas coisas para falar e melhorar mas por isso temos que ter coragem para conseguirmos nossas melhoras. No Cidade Jardim temos muitos artistas que tem muitos sonhos pessoas querendo ter um futuro é assim como o Carolina Maria de Jesus. Muitas pessoas que precisam só de uma oportunidade para conseguir ajudar muitas outras pessoas. No Cidade Jardim II temos alegria de ter pessoas de bom coração que fazem caridade e muitas bondades não só para pessoas mas também para os animais de rua. Os problemas que temos é falta de água muitas pessoas ficam sem água por problemas na encanação dos esgotos. Muitas pessoas também jogam muito lixo nas ruas que entope os bueiros e correios. Também tem

⁴ “O Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é um programa de habitação federal do Brasil criado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em março de 2009. Sob gestão do Ministério das Cidades, o Programa oferece subsídio e taxas de juros abaixo do mercado para facilitar a aquisição de moradias populares e conjuntos habitacionais na cidade ou no campo até um determinado valor”. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/sobre-o-minha-casa-minha-vida-1> Acesso em 06 de agosto de 2023.

“... pessoas que maltratam animais jogam filhotes de cachorros gatos porcos e galinhas mas tenho fé que isso vai melhorar”.

Já, outro(a), acerca da sua realidade na comunidade, expressou: “A rotina do Cidade Jardim 2 é que de domingo a domingo temos por exemplo os mercadinhos diferenciados. Mas a rotina daqui temos que ter cuidado com nós mesmos e os outros pois aqui há a ‘famosa’ insegurança pois na região do José Walter o tráfico e a disputa de território é muito intenso, temos também cultos dia de domingo terça e quinta temos também a feira da Cidade Jardim 2 que vai desde alimentos a roupas mas também. Temos a escola Norberto Nogueira Alves que funciona nos dias de segunda a sexta e funciona de 07:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00. Os dias de coleta de lixo são terça, quinta e sábado”.

Com isso, o(a) primeiro(a) estudante conseguiu identificar uma série de problemas que fazem parte da comunidade Cidade Jardim II, como os problemas de saneamento básico e relacionados a educação ambiental em que, de acordo com o(a) discente, moradores jogam lixo nos bueiros e córregos. Somado a isso, o(a) estudante demonstra que a comunidade pode ser caracterizada com a presença de animais como cachorros, gatos, porcos, galinhas e que alguns dos(as) moradores(as) maltratam esses animais. Outro ponto a destacar da fala do(a) estudante é acerca da presença de artistas que possuem sonhos como Carolina Maria de Jesus e que pensam em um futuro melhor para a própria comunidade, o que demonstra a relação que o(a) mesmo(a) fez em relação a obra “Quarto de despejo” que identifica aspectos semelhantes ao assentamento do livro em relação a sua comunidade, como os problemas de saneamento básico, com animais soltos e sem cuidados nas ruas, a presença de artistas e de pessoas que pensam em ter um futuro melhor, mas que para isso precisam de oportunidades.

O(a) segundo(a) estudante realizou uma análise referente ao serviços importantes presentes na comunidade, como os mercadinhos, a EMTP Norberto Nogueira Alves, a coleta de lixo e a feira de alimentos e roupas presente na comunidade. Ademais, demonstra preocupação quando o assunto é insegurança em razão da disputa de territórios que o(a) discente caracterizou como intensa. Assim sendo, o(a) estudante utilizou para sua análise as categorias geográficas como região e território para explicar a própria comunidade o que demonstra noções de entendimento acerca dessas categorias.

Posto isso, as interações contribuíram para que os(as) estudantes pudessem ter um olhar reflexivo sobre o espaço territorial ocupado pela favela a partir das vivências de Carolina Maria de Jesus e, com isso, refletirem a própria realidade em que estão inseridos(as) e suas problemáticas, o que vai de encontro a temática das “Geografias Negras” nas escolas que é ter em mente um papel fundamental do ensino de Geografia, visto que saber Geografia “é saber

onde você está, conhecer o mundo, mas isto serve fundamentalmente para você agir sobre esse mundo no processo de reconstrução da sociedade: se apresentar para participar” (SANTOS, 2009, p. 15) e, assim, dialogar diretamente nas visões de mundo dos (as) estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve como objetivo discutir a questão racial e a necessidade de combater o racismo para construção da cidadania espacial, a partir do ensino de Geografia e da Lei nº 11.645/2008. Assim, a partir de estratégias pedagógicas e geográficas, é possível tratar de questões que são fundamentais para se compreender, ter respeito e valorizar as diferenciações étnicas e culturais existentes no país.

Logo, podemos contribuir para construção de possibilidades de práticas geográficas e educativas necessárias à formação cidadã, através do entendimento de como a Educação Geográfica Antirracista pode colaborar para a compreensão da desigualdade socioespacial, levando em consideração as formas como (as) estudantes enxergam, interpretam e se relacionam com a realidade em que vivem, visando conhecer os problemas e as problemáticas em que se está ou estão envolvido/a (os/as).

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem; ADAS, Sergio. **Expedições geográficas: manual do professor**. 3ª. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008**, que altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Federal n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, DF: MEC, 2003.

CALMON, Maeli Santos. O genocídio do povo negro no Brasil de Abdias do Nascimento ao mapa da violência. **Caderno Sisterhood**, 3ª ed. 2012, p. 145-156.

CRUZ, Nilza Joaquina Santiago da. *G e o g r a f i z a d a*: empoderamento na construção do conhecimento na educação básica. In: GUIMARÃES, Geny *et al.* **Geografias negras e estratégias pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p. 117-126.



- DOS SANTOS CARDOSO, Larissa; JÚNIOR, Aluísio Fernandes Silva; LOBATO, Mateus Monteiro. o ensino de de geografia, Educação quilombola e mapas mentais: práticas cotidianas na Escola Municipal Padre Alfredo de Laó/comunidade Vila do Cacau-Colares/PA. **Revista GeoAmazônia**, v. 10, n. 19, p. 66-89, 2022.
- MENDES, Raquel Almeida; RATTTS, Alex. O lugar da África no ensino de Geografia. **Anais do XIII ENANPEGE**. São Paulo: Realize Editora, 2019.
- MORAES, B. B. dos S.; SANTOS, L. dos. Geografia e a formação da cidadania. In: FERRETTI, O.; CUSTÓDIO, G. A. (orgs). **Artigos da disciplina estágio curricular supervisionado em geografia II: segundo semestre de 2013**. Florianópolis: NEPEGeo; UFSC, 2014. Disponível em <http://nepegeo.ufsc.br/files/2014/06/Artigo-Bruna-e-Lucas.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.
- RATTTS, Alex. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, n.º 104, jul.-dez. 2020.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. (Coleção Milton Santos) 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- SANTOS, Renato Emerson dos. **Rediscutindo o ensino de Geografia: temas da lei 10.639**. 1ª ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.
- SANTOS, Zenaira. Precisamos conversar sobre racismo. In: GUIMARÃES, Geny *et al.* **Geografias negras e estratégias pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p. 117-126.
- SILVA, Rachel Cabral da; SILVA, Ana Beatriz da. Percepção das experiências de espaço e a Lei 10.639/03: Contribuição para atividade na geografia escolar. In: GUIMARÃES, Geny F.; OLIVEIRA, Denilson Araújo de; ROSA, Daniel; GIORDANI, Ana; ALVES, Bruno (org.). **Geografias negras e estratégias pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p. 117-126.